



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria

Relatório de Monitoramento 9º PA - SEJUSP/AGM

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2021.

CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO

9º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO
PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 2021

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão nº 02/2019, no período de 01/01/2021 a 31/03/2021, com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio dos Relatórios Gerenciais de Resultados-RGR e Relatórios Gerenciais Financeiros-RGF.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/18 e do artigo 52 do Decreto Estadual nº 47.553/18, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para todos os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, bem como sua análise.

Frisa-se que a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da SUPEC para a elaboração deste Relatório, uma vez que estes possuem informações qualificadas sobre a execução dos programas que compõem a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, objeto do Contrato de Gestão nº002/2019.

Reitera-se que, diante do cenário de pandemia provocado pelo COVID-19, o Estado de Minas Gerais publicou o Decreto nº 47.891 de 20 de março de 2020, no qual reconhece o estado de calamidade pública. Com efeito, o Decreto nº 47.890, de 19 de março de 2020, suspendeu os prazos dos procedimentos do Contrato de Gestão, nesses termos:

Art. 4º – “Ficam suspensos os prazos de monitoramento, avaliação e prestação de contas relativos a convênios de saída, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, termos de outorga, convênios para pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I, termos de parceria, contratos de gestão e outros instrumentos congêneres em curso enquanto durar a SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA”.

De uma maneira geral, o 9º período avaliatório foi marcado pelo agravamento da pandemia no Brasil, o que fez com que o Poder Executivo instituisse a “onda roxa” no Programa Minas Consciente, fase que estabelece medidas mais restritivas e obrigatórias para o enfrentamento da doença. Os impactos dessas medidas nos indicadores do Programa de Trabalho do Contrato de Gestão foram consideráveis, e tiveram graus e situações diversas sobre cada indicador. Nesse sentido, serão apresentados os resultados bem como informações relevantes do resultado alcançado em cada indicador pactuado.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					9º Período Avaliatório Jan/21 a Mar/21	
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	4.830	5.748
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.053	998,67
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	1.900	2.670
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2.880	661,67
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	6.670	1.208
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	26.026	4.107
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo	4	101	78
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	180	86
		3.2	Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	4	60%	2,6%
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	54	248
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	14.383	8.978
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	5	72%	69,88%
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	636	1.585
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	4.342	3.716
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	84,98%
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	282	421
6	Programa Selo Prevenção Minas	6.1	Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	4	300	259
7	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	7.1	Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	1	100%	-
		7.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	15	9,6
		7.3	Participação em Capacitações	1	483	325
8	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	8.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	3	52	52
		8.2	Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	3	3	3
		8.3	Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	3	3	3
		8.4	Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas	3	3	3
9	Gestão da Parceria	9.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	2	100%	-
		9.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	2	100%	-
10	Projeto Qualificação e Empreendedorismo	10.1	Número de participantes inscritos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	2	0	-
		10.2	Percentual de Formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo	2	0	-

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados

Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

Ao longo dos 15 anos do Programa Mediação de Conflitos foi desenvolvida e aprimorada uma metodologia que ofertou de forma cada vez mais assertiva a participação social e, assim, fomentou a criação de vínculos, bem como o protagonismo dos atendidos no cotidiano, sendo esse um dos fatores facilitadores para o desenvolvimento de repertórios diferenciados durante o ano de pandemia: a parceria de muitos moradores que conseguiram pensar, em conjunto, novas e diversas formas de construir intervenções.

Apesar deste cenário, facilitar a continuidade das atividades ainda restou desafios: dois exemplos que mais impactaram o Programa foram o acesso à tecnologia pelo público atendido e do público idoso. O primeiro, porque o acesso à internet não garante que o público atendido tenha boas conexões, interações contínuas ou confiabilidade (ponto importantíssimo quando se trata sobre violências e criminalidades), o que torna o trabalho mais cuidadoso e personalizado.

Em relação à pessoa idosa, chama à atenção o alto índice de violações e violências, inclusive subnotificadas, incluindo neste contexto as mulheres idosas e as violências domésticas. É um público que merece atenção especial, não apenas por suas limitações no uso da tecnologia, mas também pelos aspectos psicológicos, sociais e biológicos que apresentam. É um grupo plural, como todo ser humano, mas tem exigido das equipes a criação de novas e complexas intervenções para chegar nos objetivos trabalhados. Vale destacar que este era o público, no período analisado, que apresentava alto grau de risco (na pandemia) e que, ainda, não havia sido vacinado.

Apesar dos dois pontos destacados, há de salientar que as ferramentas digitais possibilitaram o acesso a novos atendidos, a outras formas de pensar a prevenção às violências e oportunizaram às equipes a criação de novos contextos, nos quais reverberam em números nos indicadores, ainda que um deles não ter alcançado integralmente a meta.

Adicionalmente, destaca-se que o mês de janeiro exigiu uma dedicação especial e intensa de algumas equipes técnicas, da supervisão metodológica e da Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção da Mulher da SUPEC para o planejamento e execução do Webinário do “Programa Mediação de Conflitos: 15 anos de uma história construída com a comunidade”, que pode ser acessado nos seguintes links:

<https://www.youtube.com/watch?v=vkAQRwIbjos>

<https://www.youtube.com/watch?v=1itAZe9Xlwg&t=3763s>

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta: 4.830

Resultado: 5.748

Destaca-se neste período avaliatório as equipes das Unidades de Nova Contagem/Contagem (385), Vila Pinho/BH (329) e Turmalina/Governador Valadares (315), que alcançaram números expressivos neste indicador. No 9º Relatório Gerencial de Resultados, as três equipes são contempladas em análise. Para além do apresentado no RGR, destacamos:

Vila Pinho: Os atendimentos na modalidade individual cresceram de forma significativa no mês de fevereiro devido a indicação de outras pessoas atendidas pelo PMC anteriormente. Isso resulta no fortalecimento do vínculo dos moradores junto ao programa, que o legitima para auxílio na resolução dos conflitos que se apresentam. Historicamente, na Vila Pinho e área de abrangência, os processos de socialização ocorrem de forma diferenciada, sendo toda a área de abrangência considerada espaços “transitórios”, ou seja, dificultam a construção e intervenção de ações coletivas.

Turmalina: Um ponto não abordado são as intervenções realizadas com mulheres via whatsapp. O grupo foi nomeado como “Empodere-se” e é um espaço ativo, onde se discutem várias pautas relacionadas às mulheres. Importante destacar uma estratégia de prática inovadora que pode ser replicada em outros locais: a equipe tem utilizado datas comemorativas (Dia da Visibilidade Trans, Dia Nacional do Combate ao Trabalho Escravo, Dia Internacional da Mulher) para realização de discussões e intervenções junto aos moradores.

Em contrapartida, existem Unidades que apresentaram baixo número acumulado de atendimentos, sendo elas: Pedreira Prado Lopes (91), Vila Cemig (138) e Palmital (154). No 9º Relatório Gerencial de Resultados as equipes da PPL e do Palmital também estão contempladas em análise, portanto, tecemos considerações acerca da Vila Cemig.

Vila Cemig: A equipe tem atuado nas fichas de organização comunitária e nos casos individuais, porém ressalta-se a dificuldade de retorno dos atendimentos via chamadas telefônicas e das mensagens enviadas via aplicativo, sendo esse um dificultador para os monitoramentos. Vila Pinho é um território que, historicamente, se vincula diante do contato físico. Antes da pandemia, por vezes a recepção da UPC ficava cheia, pois as pessoas não se adaptavam à marcação de horário. Além disso, a circulação pelo espaço era constante, sendo a UPC extremamente referenciada. Algumas estratégias vêm sendo construídas pela equipe, como o grupo “Prosa com Mulheres” para discussões sobre violência doméstica.

Destaca-se que as Unidades mencionadas acima, mesmo apresentando resultados abaixo da meta individualizada e planejada por cada Programa tem uma atuação próxima e conjunta às referências comunitárias, e este diálogo tem proporcionado novas e criativas ações.

Destacam-se as ações do mês de março, que fomentaram atendimentos visando a prevenção e a proteção à vida das mulheres moradoras das áreas de abrangência:



Equipe UPC Carapina - CINE Mulher – Dia Internacional da Mulher, 09/03/2021



Equipe UPC Turmalina - Encontro em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, 08/03/2021



Equipe Via Colégio- Mulheres referências comunitárias para o PMC Via Colégio, 08/03/2021

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos

Meta: 1.053

Resultado: 998,67

A média mensal de pessoas atendidas pelo Programa permite mensurar o alcance do PMC nos territórios e nas áreas de abrangência. Considera-se a análise realizada pelo Instituto Elo suficiente, destacando-se que potencializar vínculos exige um trabalho constante e, atualmente, as equipes têm dificuldade de fomentar ações que promovam novos vínculos, uma vez que o formato presencial e o teletrabalho exigem estratégias distintas. Porém, tal fator não paralisa a construção de novas estratégias para o alcance qualificado dos resultados.

Na justificativa sobre o não alcance da meta da UPC Santa Lúcia, o relatório da OS faz menção ao fato da equipe técnica ter adotado medidas mais restritivas de proteção frente ao COVID-19 como um fator que contribuiu. Ressalta-se a necessidade dessa justificativa ser mais detalhada, haja vista que as orientações sobre medidas de segurança frente ao COVID-19 são únicas e igualitárias para todas as Unidades que atuam dentro de um mesmo município (em que aspecto as medidas adotadas por essa equipe diferem das demais?).

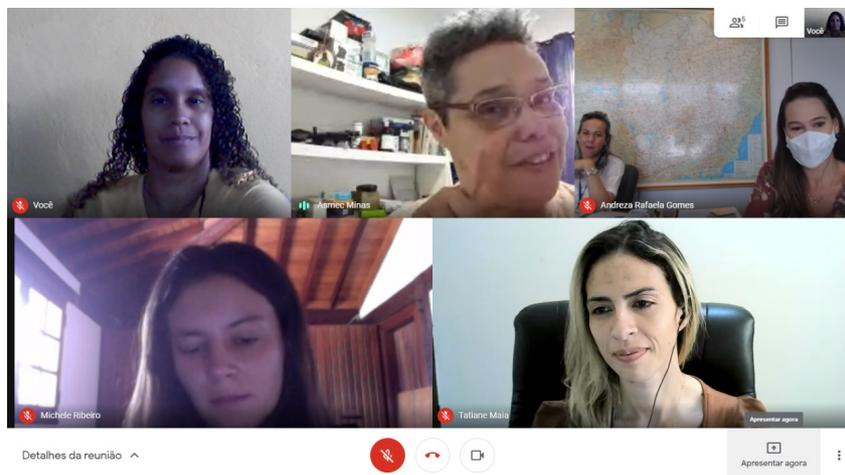
Vale ressaltar precipuamente a parceria do PMC junto ao projeto TransformAction, da Embaixada dos Estados Unidos da América, a partir de uma articulação institucional via SUPEC, que tem favorecido em Belo Horizonte o fortalecimento dos vínculos com mulheres já atendidas, assim como possibilitado a aproximação daquelas que ainda não haviam acessado o Programa, em especial as mulheres em situação de violência, impactando positivamente o indicador 1.2.

Em fevereiro de 2021 ocorreu um ato simbólico para o lançamento do Projeto TransformAction, que contou com a participação do Governador de Minas Gerais Romeu Zema, alguns atores estratégicos da SEJUSP e uma das 100 mulheres capacitadas pelo curso da embaixada americana, que vestia a camisa do Programa Mediação de Conflitos, simbolizando a importância da parceria.

Segue abaixo o link da reportagem.

<http://www.seguranca.mg.gov.br/transparencia/story/3948-parceria-entre-minas-e-a-embaixada-americana-vai-capacitar-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica>

A diretoria do PMC tem atuado junto às equipes técnicas com orientações constantes sobre o processo de mobilização das mulheres e construções direcionadas às instituições parceiras que perpassam pelo mapeamento dos melhores dias e horários para a realização do curso, avaliação de modalidades, dentre outras.



Reunião Projeto Transformation com atores estratégicos, 24/02/2021

Como o 9º RGR apresenta os resultados por Unidade mais distantes da meta, destacando Nova Contagem que obteve bons resultados a partir da utilização do aplicativo de mensagens com os grupos "Mulheres" e "Mulheres Que Inspiram", tornando possível que a equipe conhecesse e criasse vínculos com outras mulheres. Além disso, houve um número significativo de atendimentos individuais, tendo sido esses encaminhados pela rede de proteção, demonstrando maior articulação e fluxo de atendimento junto a rede parceira.



Flyer do grupo "Mulheres que Inspiram" realizado pela UPC Nova Contagem

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

Meta: 1.900

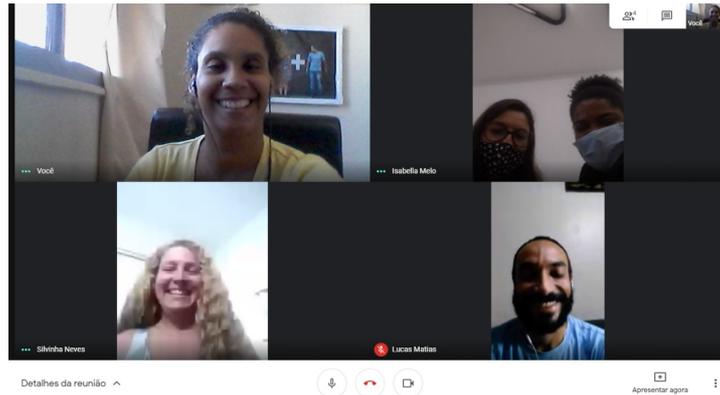
Resultado: 2.670

O indicador 1.3 do número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social tem como objetivo mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso à direitos. O trabalho intersectorial possibilita que os encaminhamentos sejam feitos de forma assertiva, as discussões de caso em rede ampliam o olhar das equipes frente às demandas, além de auxiliarem os atendidos a romperem com as violências institucionais, tais como a dificuldade de conseguir um atendimento que dê alternativas para resolução do problema.

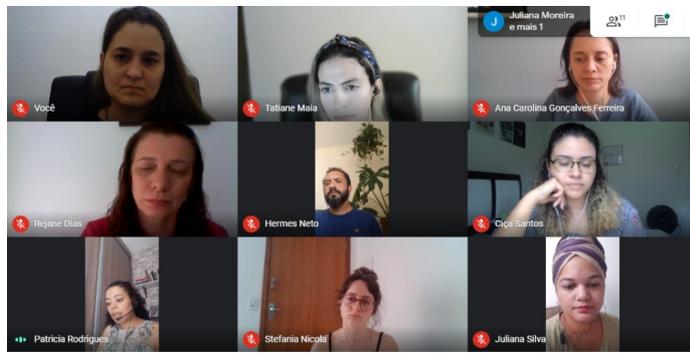
Neste trimestre as Unidades Justinópolis (168) e Ribeiro de Abreu (117) foram as que tiveram o número mais expressivo neste indicador no tocante a meta mensal de avaliação pelo Programa. O 9º RGR é satisfatório quanto à análise individual de cada UPC.

É importante enfatizar o papel da Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção da Mulher ao discutir com os analistas, gestores e supervisão metodológica os desafios de construção de fluxo junto a rede de proteção. A diretoria

tem sido acionada para auxiliar em diálogos institucionais junto à rede, com objetivo de facilitar os encaminhamentos e atuar em conjunto com os demais atores.



Reunião com o Instituto Wilson Chagas, discussão de caso da equipe UPC Serra 23/03/2021



Reunião integrada PMC e FV! com as equipes da UPC Jardim Teresópolis/Betim, 17/03/2021

Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador 2.1: Número acumulado de encontros de oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta: 2.880

Resultado: 661,67

Ainda que tenha havido desafios, conforme sinalizado pela OS no RGR, sobretudo mediante a entrada dos municípios na “onda roxa”, as possibilidades da retomada das oficinas, das demais formas de atendimentos e de outras estratégias desenvolvidas pelas equipes tais como os atendimentos por aplicativos de videoconferência, permitiu verificar o quão forte se apresenta o vínculo dos adolescentes e jovens com o Programa Fica Vivo. Prova disso foram os desafios encontrados e as estratégias traçadas para, de fato, garantir um número máximo de adolescentes e jovens por encontro de oficinas, a fim de salvaguardar o distanciamento no espaço.

Desta forma, cabe mencionar que tais contextos nos indicam que o não alcance das metas pactuadas nos indicadores 2.2 e 2.3 referentes aos atendimentos ofertados ao público, obviamente, passam pela quantidade de oficinas ofertadas, contudo, mais que isso passam pelas diretrizes emanadas pela SUPEC que estabeleceram a quantidade máxima de participantes por encontro de oficina.

Vale registrar a solicitação da OS para a desconsideração dos indicadores 2.1, 2.2. e 2.3 na avaliação geral dos resultados pela Comissão de Avaliação. Neste aspecto, avalia-se como pertinente tal desconsideração haja vista os fatores que fugiram a total governabilidade dos entes parceiros para o alcance das metas, tais como o desafio dos retornos das oficinas nos territórios frente ao agravamento da pandemia no primeiro trimestre do ano.

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta: 6.670

Resultado: 1.208

Com relação ao indicador em questão, para além das considerações que são atinentes ao indicador anterior, a Diretoria de Proteção da Juventude considera fundamental uma análise dos números da média de jovens participantes nas oficinas, independentemente dos já mencionados atravessamentos da pandemia.

Observa-se significativa propensão de crescimento dos atendimentos realizados em oficinas por meio do Programa Fica Vivo! em 25 das 26 UPCs. Mesmo na UPC Santos Reis, em que o número de atendimentos se apresenta inversamente proporcional ao número de encontros ofertados, se reforça a hipótese da força do vínculo que o público estabelece com o Programa.

No tocante aos números, merece destaque a UPC Taquaril cuja equipe vem desenvolvendo um brilhante trabalho de reaproximação e fortalecimento de vínculos com a comunidade, ao contrário da UPC Teresópolis onde tem vivenciado desafiantes alterações na dinâmica criminal, na ocorrência de homicídios e reestruturação da equipe.

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta: 26.026

Resultado: 4.107

Referente ao indicador 2.3, considera-se importante destacar, para além dos elementos vinculados à pandemia e já exauridos pela OS no RGR, os números significativos de atendimentos realizados pela UPC Taquaril, cujas hipóteses já foram mencionadas no indicador anterior. Já no tocante aos números abaixo do esperado no contexto adverso da pandemia, destaca-se a UPC Vila Pinho. A hipótese para um desempenho inferior e inversamente proporcional a quase todas as demais UPCs é a reestruturação da equipe. A equipe era composta por dois analistas que atuavam por muitos anos neste território, e a mudança impactou na quebra dos vínculos e na necessária repactuação dos mesmos, o que demanda um maior tempo.

Vale registrar que grande parte da meta deste indicador é composta por atendimentos que ocorrem no âmbito das oficinas, nos quais a maioria está suspensa. Este é o principal motivo do baixo resultado da meta. Entretanto, destaca-se os trabalhos desenvolvidos pelos analistas e gestores sociais que continuam a exercer suas atribuições e tentam, na medida do possível, amenizar os impactos da suspensão das oficinas.

Desta forma, observa-se recorrentes práticas de realização de atendimentos individuais com o público, seja em formato presencial, para os casos de maior gravidade como ameaças de morte, ou mesmo virtual, realização de grupos de jovens por meio de plataformas de videoconferências, ou seja, estratégias distantes do ideal mas possíveis para o contexto de pandemia, buscando garantir o direito à vida de adolescentes e jovens.

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta: 101

Resultado: 78

No tocante aos desafios apresentados que auxiliam na compreensão sobre o não alcance da meta, vale pontuar que SUPEC e Instituto Elo já vem desenvolvendo estratégias para compreender e minimizar tais impactos. Capacitações foram realizadas com gestores sociais, reuniões com a DAOP/PMMG para alinhamento e repactuação de fluxos e diretrizes, reuniões de capacitação da DPJ/SUPEC com comandantes de GEPAR e gestores sociais, orientações/diretrizes quanto à necessidade da coleta de assinaturas nos documentos que são as fontes de comprovação.

A DPJ da SUPEC considera necessário retomar todas as diretrizes emanadas, tais como visitar os instrumentais de fonte de comprovação da reunião ocorrida com o GEPAR, retomada das diretrizes e orientações quanto a realização destas reuniões, bem como discutir os desafios e possibilidades das reuniões no formato virtual e coleta das assinaturas dos representantes, a fim de minimizar os riscos do não alcance da meta, principalmente, no que se encontra na governabilidade de cada UPC.

Assim sendo, a Comissão de Monitoramento diante das justificativas apresentadas no RGR e neste RM reitera à Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão nº 002/2019 a desconsideração dos indicadores 2.1, 2.2 e 2.3 para fins de pontuação neste período avaliatório.

Área Temática 3: Programa Se Liga

Destaca-se, neste período, diante do recrudescimento da pandemia, que as atividades que envolvem o contato presencial com os adolescentes acautelados, que são essenciais para a vinculação e manutenção das ações do Programa, foram suspensas por tempo indeterminado, impactando expressivamente na capilaridade dos atendimentos.

Concomitante à esse cenário, a implementação recente do formato de cogestão em algumas Unidades Socioeducativas de Minas Gerais afetou significativamente o corpo técnico das Casas de Semiliberdade e dos Centros Socioeducativos e, conseqüentemente, as pactuações de parceria com o Se Liga que envolvem fluxos, cronogramas de ações e os atendimentos ao público nas suas diferentes modalidades.

Nesse ínterim, uma análise mais ampliada dos indicadores e metas do Programa Se Liga permitiram confirmar os principais desafios de execução de retomada e execução do Programa em tempos de pandemia, sobretudo, no que se refere às ações de atendimento ao público. Tal evidência se materializa no total alcance da meta prevista para o indicador 3.3, por se tratar de intervenções mais possíveis em âmbito virtual, enquanto os demais indicadores, por serem ações de atendimentos ou desdobramentos desses, o modo virtual se apresenta como dificultador, ainda que a equipe tenha lançado mão de estratégias outras de desenvolvimento de vínculos com o público atendido.

Importante registrar, ainda, que foi realizada uma reunião com SUPEC e o Instituto Elo para melhor alinhamento metodológico do Programa, repensar os fluxos de informações entre equipe do Instituto Elo e SUPEC, bem como para a contínua qualificação dos relatórios gerenciais de resultados e de monitoramento.

Quanto à solicitação da OS para a desconsideração dos indicadores 3.1 e 3.2 na avaliação geral dos resultados pela Comissão de Avaliação, esta Comissão de Monitoramento avalia pertinente considerando os fatores que fugiram à governabilidade dos entes parceiros para o alcance das metas neste período avaliatório.

Indicador 3.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga

Meta: 180

Resultado: 86

Conforme citado pela OS no 9º RGR, o resultado alcançou 47,77% da meta estabelecida para o período. Os desafios postos ao Programa Se Liga para o atingimento desta meta já foram explicitados no item anterior deste relatório. Contudo, vale registrar que as metas foram planejadas em novembro de 2020, momento no qual o cenário era mais favorável para se pensar em resultados mais desafiadores. De todo modo, tais metas foram reformuladas para o próximo Termo Aditivo de modo a estarem mais aderentes à realidade da pandemia.

Outro dado que merece ser evidenciado diz do quantitativo de atendimentos ofertados ao público egresso incluído no Programa, conforme aponta a Tabela 8 do RGR. Partindo-se do pressuposto de que a inclusão do egresso ao Programa ocorre mediante um vínculo estabelecido previamente, a referida tabela nos aponta que as ações de pré-inclusão, mesmo em contexto adverso, têm surtido o efeito esperado, uma vez que as ações com os egressos se apresentaram superiores ao somatório das ações com os pré-egressos.

Ademais, foi identificado que, desde o início da pandemia, como medida de diminuição dos riscos de transmissão e contágio pela COVID-19, vem-se observando um número cada vez menor de adolescentes e jovens acautelados nas Unidades de Internação e Semiliberdade (vide tabela abaixo) e um número reduzido dentro deste recorte, com o perfil para atendimento do Programa Se Liga. Este fato pode também ter contribuído para o baixo alcance deste indicador.

Com relação a seguinte afirmação da OS: “O Programa Se Liga, tal como os outros programas da Política de Prevenção, tem suas intervenções fundamentadas no contato presencial com seu público, a saber, adolescentes e jovens egressos do Sistema Socioeducativo”, registra-se que o programa tem como público adolescentes e jovens egressos das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação e não de todas as modalidade de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Indicador 3.2: Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga

Meta: 60%

Resultado: 2,6%

Da mesma forma que o indicador anterior, este também obteve baixo desempenho. Considerando que o indicador trata de percentual e ainda há um baixo número de adolescentes/jovens atendidos, a não adesão de qualquer um deles tem grande impacto no resultado.

Agrega-se à leitura da OS que em virtude da peculiaridade do momento vivenciado pelo sistema socioeducativo, muitos desligamentos de adolescentes e jovens das medidas de internação e semiliberdade não foram comunicados aos analistas do Programa, dificultando o acesso ao público egresso, impactando significativamente no alcance deste indicador.

Por fim, ressalta-se que o Relatório de Gestão de Resultados não apresentou a descrição correta do indicador, conforme previsto no Programa de Trabalho do Contrato de Gestão.

Indicador 3.3: Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas

Meta: 54

Resultado: 248

Somado aos elementos já indicados pela OS no RGR, cabe destaque que o resultado consideravelmente superior à meta aponta para duas realidades já sinalizadas: 1) o quanto o não alcance dos demais indicadores está diretamente vinculado ao desafio de estabelecimento de vínculos com o público nos cenários apresentados; 2) o investimento da gestão social e equipe técnica do Programa na repactuação dos fluxos de informação, cronograma de ações e de atendimento ao público junto às unidades de internação e semiliberdade, em virtude do momento reorganização e troca de profissionais do sistema socioeducativo.

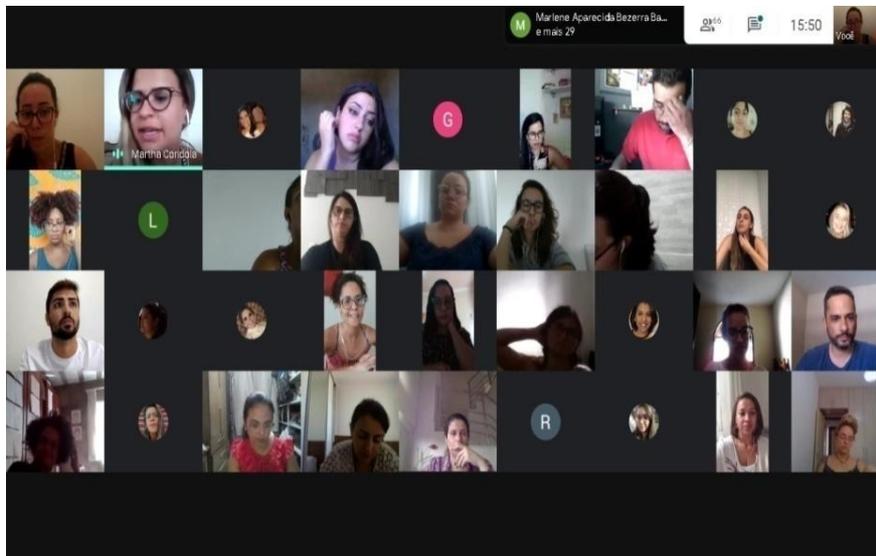
Para mitigar os desafios e ampliar o alinhamento entre a SUPEC e a SUASE, a Diretoria de Proteção da Juventude tem realizado reuniões periódicas com as diretorias da SUASE, o que certamente contribuirá para que o compartilhamento de informação aconteça de forma sistemática.

Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Conforme mencionado nos relatórios anteriores, as limitações oriundas do contexto de pandemia permanecem impactando o desenvolvimento de todos os indicadores da CEAPA.

A partir de um diagnóstico constante e buscando criar estratégias para superação dos problemas enfrentados no desempenho das atividades, a Diretoria de Alternativas Penais – DAL, de forma prioritária, continua definindo diretrizes para materializar a política de alternativa penal em Minas Gerais de maneira efetiva.

Em janeiro a DAL realizou videoconferência junto às equipes como o objetivo de transmitir o planejamento e prioridades elencadas para a CEAPA neste ano, apresentar a organização dos espaços de supervisão metodológica e capacitação, bem como atualizar as orientações para a atuação em teletrabalho, tendo em vista a oscilação constante do formato de trabalho.



De modo geral, buscando qualificar as práticas, orientações são repassadas a fim de potencializar a construção de modalidades ampliadas de cumprimento das alternativas penais e as possibilidades de atendimento e articulação com a rede, a partir do direcionamento metodológico, da realidade de cada município e pactuação de fluxo com o Poder Judiciário local. Vale ressaltar, que a Diretoria tem realizado de forma contínua reuniões com os gestores sociais e/ou equipes para definição de ações estratégicas.

Sendo assim, o efeito positivo da construção de novas diretrizes e adaptação metodológica vêm sendo percebido a partir do aumento gradual da execução das Ações de Responsabilização com homens autores de violência doméstica, Projetos de Execução de Alternativas Penais, participação em espaços de discussão já instituídos pela rede parceira e Encontros/Articulação de Rede. Apesar das retomadas das atividades presenciais em alguns momentos, as práticas coletivas têm sido realizadas prioritariamente através de plataformas digitais ou, casos em que a execução ocorra em formato presencial, contemplando um número reduzido de participantes.

Nessa perspectiva, nota-se um investimento contínuo de todos os atores no fortalecimento dos fluxos relacionados às Medidas Protetivas de Urgência e Medidas Cautelares diversas à prisão, principalmente no âmbito da Lei Maria da Penha. Intervir no fenômeno da violência doméstica, a partir das ações de responsabilização dos homens autores, é uma das pautas prioritárias elencadas pela DAL/SUPEC. Destaca-se que essas articulações buscam fortalecer as ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio, os encaminhamentos e as práticas de atendimentos que envolvem os institutos jurídicos supramencionados, o que reverbera nos indicadores.

Nesse sentido, destaca-se a presença da SUPEC na Carreata de Enfrentamento à Violência Doméstica, que aconteceu no dia 08 de março em Belo Horizonte, promovido pela Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, no qual buscou-se dar visibilidade ao fenômeno da violência e atuação dos serviços no Dia da Mulher.





Ainda nesse movimento, ressalta-se a participação da Diretoria como palestrante do I Seminário Temático Intersectorial realizado pela Prefeitura de Ibirité – Violência Doméstica: a importância da rede socioassistencial, de saúde e do sistema de proteção e garantias de direitos, realizado virtualmente no dia 10 de março de 2021.

O evento foi transmitido via Youtube e contou ainda com a participação da Polícia Civil, Polícia Militar, CREAS e Saúde.

Por fim, no dia 17 de março, a Coordenadora de Políticas Penais/CEAPA apresentou as Ações de Responsabilização, executadas via cumprimento de penas e medidas alternativas determinadas pelo Poder Judiciário, junto aos homens autores de violência doméstica no Encontro Estadual de Masculinidades Saudáveis, realizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), transmitido via Youtube.



Indicador 4.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

Meta: 14.383

Resultado: 8.978

Para o 9º período avaliatório, a meta do número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA é de 14.383, contudo, foram realizados 8.978 atendimentos. Ao analisar o desempenho de 62,4% do planejado, a SUPEC corrobora com as principais justificativas do não alcance do resultado apresentado pelo parceiro Instituto ELO.

Nota-se que o referido indicador é o mais impactado, negativamente, pelas restrições de circulação impostas pela pandemia. Todas as práticas de atendimentos foram afetadas, apesar de todos os esforços para construção de possibilidades de cumprimento das modalidades de penas e medidas alternativas à prisão, sempre de forma alinhada com o juízo competente, a fim de viabilizar a continuidade do trabalho, apesar das adversidades enfrentadas. A Diretoria da SUPEC permanece participando junto aos gestores sociais de algumas reuniões estratégicas com juízes e promotores para fortalecer os fluxos de trabalho.

Ao analisar as modalidades de atendimento, observa-se que os atendimentos individuais de inscrição apresentaram rigorosa diminuição desde o início da pandemia, devido à suspensão das atividades jurisdicionais em diversos momentos e consequente restrição dos encaminhamentos de novas alternativas penais à CEAPA. Todavia, a partir das repactuações de fluxo com os juízos parceiros tem sido possível perceber um aumento gradativo de novas inscrições,

principalmente nas Penas Restritivas de Direito, Transações Penais, Medidas Protetivas de Urgências e Acordos de Não Persecução Penal.

No 9º período avaliatório, vale reforçar uma queda expressiva no mês de janeiro, devido ao recesso forense, mas nos meses seguintes a média anterior fora retomada.

Ainda nessa avaliação, é possível observar que a modalidade mais expressiva acompanhada pela CEAPA, ou seja, da prestação de serviços à comunidade - PSC permanece como sendo a mais comprometida, tendo em vista a necessidade de distanciamento social e restrição da rede parceira para recebimento de cumpridores. Com o agravamento do cenário pandêmico e a instauração da onda roxa do Programa Minas Consciente, o cumprimento de PSC ficou ainda mais afetado, culminando inclusive na orientação da suspensão temporária do cumprimento pela Diretoria da SUPEC. Tais fatores interferiram no número de atendimentos, tendo em vista que, apesar da retomada gradual, muitos casos permanecem aguardando para serem encaminhados ou reencaminhados às instituições, o que diminuiu drasticamente os atendimentos grupais de PSC, por exemplo. Destaca-se como proposta de enfrentar este desafio, tem sido construída com os juízos possibilidades flexibilizadas de cumprimento desta modalidade, além da ampliação da Rede de Alternativas Penais.

Portanto, fica evidente como principal estratégia o investimento das equipes nos atendimentos de acompanhamento, que se apresentam como a principal atividade executada deste indicador, considerando a importância de trabalhar junto ao cumpridor as orientações afetas as restrições da pandemia; cumprimento da pena ou medida, suspensão ou adaptação da alternativa penal; vulnerabilidades sociais, riscos criminais, entre outros. Além disso, a realização de Projetos de Execução de Alternativas Penais – PEAP e Ações de Responsabilização com homens autores de violência contra as mulheres também se apresentam como uma frente de trabalho com maior robustez. Devido ao cenário, as equipes vêm adaptando as atividades a partir dos recursos disponíveis: as práticas coletivas têm sido realizadas prioritariamente através de plataformas digitais ou, casos em que a execução ocorra em formato presencial, contemplando um número reduzido de participantes. Apesar de estes elementos contribuírem de forma expressiva para o desenvolvimento deste indicador, sendo março o mês com o maior número de atendimentos desde o início da pandemia, ainda não é suficiente para alcançar a meta pela redução do número de participantes.

Destaca-se abaixo, como exemplo, registros fotográficos de grupos com homens encaminhados pelo Poder Judiciário para participação nas ações de responsabilização no âmbito da Lei Maria da Penha, no formato virtual ou presencial, nos municípios Uberaba e Governador Valadares, respectivamente.



Além disso, conforme sinalizado sobre a retomada dos grupos reflexivos relacionados aos delitos cometidos, segue abaixo registro fotográfico do Projeto sobre Drogas, para àqueles que respondem pelo delito de uso de drogas, realizado na modalidade virtual em Uberaba no mês de fevereiro.

**Indicador 4.2: Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial****Meta: 72%****Resultado: 69,88%**

Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário.

O percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório foi de 69,88%, considerando que a meta estabelecida para o período é de 72%, portanto, próximo a meta pactuada.

De modo geral, é possível observar que o principal fator de impacto se refere ao direcionamento da DAL/SUPEC para informar sobre o descumprimento dos casos em que houve esgotamento das intervenções e tentativas de contato com o cumpridor, quando não houver suspensão das atividades forenses. Vale ressaltar que anteriormente, a orientação não era de priorização do descumprimento, tendo em vista todas as limitações impostas pela pandemia, suspensão das medidas pelo Poder Judiciário, bem como a necessidade de ajustes dos fluxos com cada comarca. Somado a isso, mesmo com o efeito positivo em alguns municípios do posicionamento favorável do Poder Judiciário quanto à contabilização da duração do tempo de pandemia como efetivo cumprimento (Orientação Técnica do Conselho Nacional de Justiça), este movimento vem ocorrendo de forma morosa. Nessa perspectiva, destaca-se a UPC de Ipatinga em que demonstra muitos descumprimentos das alternativas penais.

Sendo assim, o investimento das equipes nos processos para averiguação quanto ao descumprimento supramencionado, associado ao comprometimento das alternativas penais, principalmente da PSC, tem tido efeitos neste indicador. Com as medidas preventivas ao COVID-19 e a restrição da rede para recebimento de cumpridores, realmente a soma de alternativas penais finalizadas acaba sendo negativamente afetada, na medida em que o público demora mais tempo para o adimplemento da carga horária imposta – comprometendo assim o quantitativo de cumprimento da medida que tem maior volume no Programa. Ou seja, no montante total de alternativas penais baixadas, a orientação para permanecer realizando a checagem dos processos dos cumpridores em descumprimento acaba prevalecendo.

Ainda assim, ao realizar uma análise buscando compreender os fatores por município, nota-se que a maioria das UPC alcançou ou aproximou da meta, com exceção dos destacados pela OS, a saber, Betim, Ipatinga e Ribeirão das Neves.

Nesse sentido, a Diretoria de Alternativas Penais vem sinalizando de forma incessante a necessidade de realizar uma análise mais ampliada sobre este indicador, de modo a apontar outros elementos que não seja o monitoramento enquanto ação que potencializa o descumprimento de uma determinação judicial. Destaca-se que o monitoramento é voltado para o acompanhamento do cumpridor e a fiscalização acerca das regularidades desse cumprimento, e enquanto fluxo metodológico deve ser realizado mensalmente.

Na UPC de Betim, o monitoramento em um determinado período não deveria ser uma motivação para aumentar a averiguação sobre os descumprimentos, tendo em vista que ele deve ser realizado mensalmente, salvo alguma exceção ou orientação. Além disso, foi apontado como motivador do não alcance das metas o encerramento ou desenvolvimento das ações de responsabilização para homens autores de violências contra as mulheres (Ribeirão das Neves e Sete Lagoas), ao invés de apresentar em que medida o monitoramento desta frente de trabalho impactou o indicador.

Por fim, registra-se que a redução do número de participantes nos Projetos de Execução de Alternativas Penais não dificulta promover os meios de cumprimento integral das alternativas penais acompanhadas. Inclusive, fazendo um

recorte desta modalidade no 9º período avaliatório, a porcentagem de baixa por cumprimento ou indulto foi de 75%.

Indicador 4.3: Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

Meta: 636

Resultado: 1.585

A meta acumulada de ações do Programa junto às redes de apoio foi superada 149% do número pactuado e a SUPEC corrobora com os resultados e análises apresentados pela OS parceira.

Insta mencionar, conforme relatado nos relatórios anteriores, que a ampliação da contabilização das articulações junto à rede de apoio via plataformas digitais e contato telefônico é um dos fatores que mais tem implicação no aumento relevante deste indicador.

Além disso, nota-se que o agravamento do cenário de pandemia, que provocou oscilações no formato de trabalho e restrições ainda maiores em relação ao cumprimento da alternativa penal, com suspensão temporária da PSC no mês de março, exigiu que a equipe fornecesse um suporte ainda maior para a rede parceria. O investimento na orientação à rede quanto às questões afetas ao cumprimento, ao funcionamento da CEAPA e demais demandas, pode ser percebido pelo aumento de 460 articulações de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de prestação de serviços à comunidade ou projetos de execução de alternativas penais, em comparação com o período avaliatório anterior. Faz-se necessário sinalizar também que as articulações para captação de novas parcerias vêm aumentando gradualmente, conforme diretriz do Programa.

Nessa perspectiva, em um cenário em que o cumprimento das alternativas penais está comprometido, é possível observar a atenção das equipes quanto às vulnerabilidades sociais e risco criminal do público atendido, que culminou em um aumento dos encontros para discussão de casos junto à rede de proteção social e de encaminhamentos para esta, ao se comparar com o último período.

Por fim, outro elemento elencado como prioridade pela SUPEC e que tem impactado na superação da meta deste indicador é a continuidade dos diálogos contínuos com os membros do Poder Judiciário para construção conjunta de fluxos de trabalho, de comunicação, encaminhamento, acompanhamento e monitoramento das alternativas penais.

Área Temática 5: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

Indicador 5.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP

Meta: 4.342

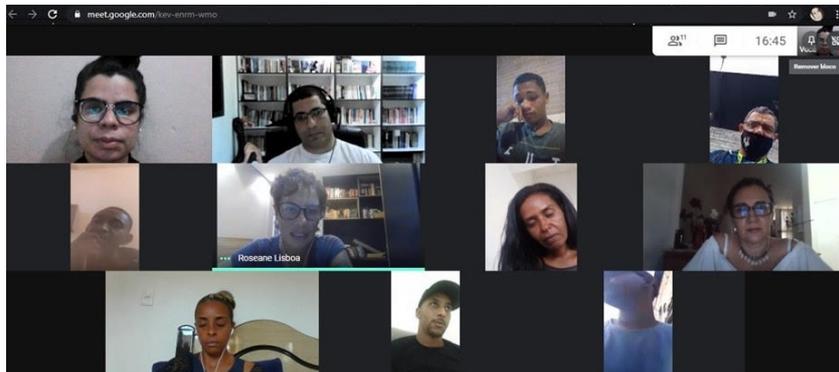
Resultado: 3.716

Embora a meta pactuada não tenha sido plenamente alcançada no período avaliatório, ressalta-se que durante este período as equipes intercalaram, em alguns momentos, a execução do trabalho entre o formato presencial e à distância. Devido, ainda, à impossibilidade de realização de atividades grupais de forma presencial, para evitar a aglomeração de pessoas, tanto nas Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto nas Unidades Prisionais, os atendimentos que antes eram realizados neste formato foram impactados, o que contribui para o não alcance da meta.

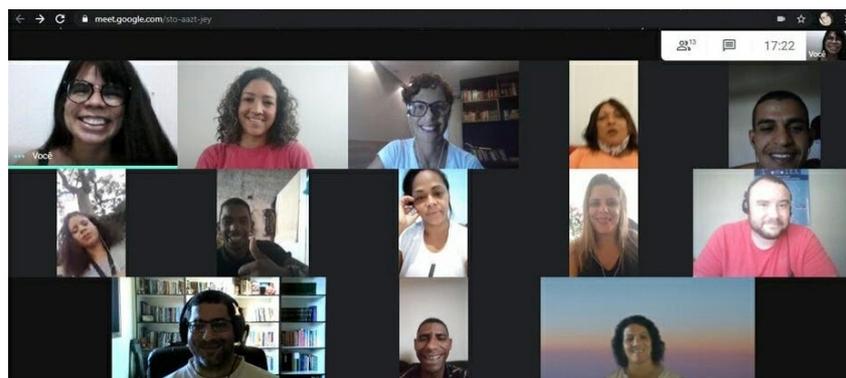
Embora tais pontos devam ser ressaltados, é importante salientar que outras ações vêm sendo desenvolvidas como forma de manter o acesso do público ao Programa, propiciando, assim, um atendimento de qualidade.

A título exemplificativo, foi realizada ação coletiva à distância pelos analistas sociais da UPC de Belo Horizonte nos dias 12/03/2021 e 19/03/2021, a partir de articulações e ações já realizadas para execução do “Projeto Alvorada”, que visa ofertar curso profissionalizante para pessoas que já passaram por uma experiência prisional. Foram realizados dois momentos para discussão, dentre outros, do conteúdo geral do curso, apresentação de alguns atores envolvidos no projeto e escuta dos alunos. Estes encontros foram planejados diante da necessidade de motivar os alunos para a participação no curso, já que o momento de isolamento vivenciado gerou a necessidade de suspensão do seu início de sua execução.

Participaram destes encontros a Coordenadora Pedagógica, o Coordenador Administrativo, Professores e Tutora do CEFET, uma Analista do PrEsp e os futuros alunos.



Encontro realizado no dia 12/03/2021



Encontro realizado no dia 19/03/2021

Embora a realização das ações nas Unidades Prisionais com o público pré-egresso tenha sido prejudicada em virtude das medidas de prevenção à COVID-19, foi possível realizar ação na APAC de Santa Luzia para apresentação do serviço disponibilizado pelo PrEsp, conversa acerca de direitos afetos ao público e entrega de informativo com informações do programa.



Indicador 5.2: Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRASP por período avaliatório

Meta: 78%

Resultado: 84,98%

Quando comparado este período avaliatório com o anterior, percebe-se que houve um aumento no resultado alcançado para este indicador. Isso demonstra uma maior dedicação ao acompanhamento do público pelo Programa, o que é extremamente positivo, já que ações têm sido desenvolvidas de modo a qualificar os atendimentos ao público pela equipe técnica do PrEsp.

No RGR do 9º período avaliatório apresentado pelo Instituto Elo, este indicador apresentou justificativas pertinentes para algumas oscilações no tocante aos municípios de Belo Horizonte, Betim, Governador Valadares, Ipatinga e Montes Claros. Vale destacar, neste ponto, a importância da apresentação destes dados individualizados para comparação das oscilações justificadas, tal qual foi feito nos demais indicadores.

O resultado deste indicador, de uma maneira geral, indica que grandes esforços têm sido realizados para reforçar o vínculo com pessoas já acompanhadas pelo Programa, bem como consolidar com os novos egressos inscritos. Este é um dos principais objetivos do PrEsp, já que os retornos para acompanhamento do público é o que possibilita a realização das intervenções necessárias para fins de inserção social no momento de retomada da vida em liberdade e prevenção à criminalidade.

Indicador 5.3: Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta: 282

Resultado: 421

A meta alcançada foi superior à pactuada, conforme ocorreu em períodos avaliatórios anteriores. Estes resultados têm sido alcançados em maiores patamares em razão de grande parte da rede parceira dos municípios se encontrar em teletrabalho, o que tem facilitado o acesso a esses atores por meio de ferramentas digitais. Ademais, o número de demandas de encaminhamentos para acesso a direitos e/ou benefícios pelo público também aumentou significativamente durante o período de pandemia, demandando, assim, maiores articulações por parte das equipes técnicas com as redes do município.

Diante disso, e considerando o agravamento da vulnerabilidade do público atendido, principalmente no que se refere às dificuldades de acesso à renda e/ou alimentação, articulações têm sido feitas junto a atores da rede parceira para disponibilização de cestas básicas. A disponibilização das cestas para o público e seus familiares propicia, além do acesso à alimentação, o fortalecimento do vínculo com o Programa e com as instituições parceiras.



Registra-se também a realização, por meio de uma articulação feita com integrantes do “Projeto Canto da Rua Emergencial”, uma roda de conversa para apresentação do trabalho realizado pelo PrEsp e do perfil e demandas do público que acessa o Programa e que se encontra em situação de rua. Ações como estas são de grande importância dado ao agravamento do contexto das pessoas em situação de rua no período de pandemia.



Área Temática 6: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 6.1: Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas

Meta: 300

Resultado: 259

O 9º Relatório Gerencial de Resultados não apresentou análises mais aprofundadas que pudessem abordar as especificidades da execução em cada um dos municípios de Alfenas e Tocantins. Considerando que o Programa não possui o profissional que atua na supervisão metodológica tais como os demais programas de prevenção à criminalidade, a Coordenação do Selo Prevenção Minas da SUPEC tem realizado os estudos de como qualificar o fluxo de informações junto ao Instituto Elo de forma que os próximos relatórios apresentem as análises mais qualificadas.

Para o período considerado, o município de Alfenas superou a meta prevista (previsão de 150 e execução de 194 ações), enquanto que Tocantins a execução ficou muito abaixo do previsto (apenas 65 ações). Para além dos impactos causados pelas restrições devido à COVID-19, já abordados no RGR, é fundamental ressaltar que outros fatores também impactaram na execução das ações do Programa e a consequente mensuração do indicador. Neste sentido, no caso do município de Tocantins, importante ressaltar a alteração dos representantes eleitos para o Executivo Municipal no ano de 2021, e como a parceria com a prefeitura é essencial para a execução do Programa Selo. Durante os primeiros meses do ano diversos alinhamentos se fizeram necessários junto à nova gestão, tais como a nova configuração da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade; mudança de Multiplicador – figura representante do município na execução do Programa, dentre outros. Como resultado dos diálogos realizados entre a equipe da SEJUSP/SUPEC e a Prefeitura Municipal, não foi possível pactuar a continuidade da execução do Programa no município, uma vez que não houve validação da metodologia do Selo Prevenção Minas por parte do ente municipal, cuja fundamentação se encontra detalhada no Processo SEI nº 1450.01.0050759/2021-85. Por fim, esse cenário culminou na finalização da parceria e a rescisão do Termo se encontra em trâmites, o que justifica o encerramento do Programa em Tocantins e a baixa execução de ações no município no período analisado.

Área Temática 7: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 7.1: Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior

Meta: 100%

Resultado: -

Programa Mediação de Conflitos:

No trimestre, a supervisão metodológica continuou atuando junto às equipes (inclusive cada vez se tornando mais próxima do cotidiano da realidade das UPCs do interior do estado, no formato virtual), por meio de ligações

telefônicas, aplicativos de mensagens e chamadas de vídeos, seja para discussões de caso ou para construir novas estratégias frente aos desafios do trabalho.

Foram realizadas 247 atividades de acompanhamento metodológico, e isso aponta o quanto a supervisão tem sido acionada e se faz presente nas estratégias para atuação em microterritórios com pouco vínculo ao programa e o desafio da pandemia para criação de vínculo com novos moradores. Essas intervenções têm resultado em ações significativas na “ponta do trabalho” e, automaticamente, impactam nos indicadores do PMC.

Programa Fica Vivo:

Ainda que o momento seja adverso para as ações presenciais, cabe mencionar que a supervisão metodológica e a DPI da SUPEC têm lançado mão de várias estratégias de espaços de estudo, formação continuada e capacitação das equipes, como por exemplo, a realização da revisão metodológica do Programa. A pandemia trouxe muitos desafios metodológicos precipuamente ao Fica Vivo, haja visto que a principal modalidade de atendimento/projetos de oficinas foram severamente afetados. Portanto, a necessidade de atuar de maneira criativa e inovadora exigiu um acompanhamento muito próximo e contínuo da supervisão metodológica, demonstrando a importância e imprescindibilidade desses atores para a qualificação do trabalho das equipes.

Programa Ceapa:

Ressalta-se que a realização de acompanhamento in loco da equipe de supervisão no interior permanece restrita. Conforme relatado nos relatórios anteriores, diante de um cenário tão complexo, foi necessário construir e ampliar as estratégias de aproximação da supervisão da CEAPA com as equipes, tendo em vista a constante necessidade de alinhamentos e orientações para a continuidade do trabalho de maneira qualificada. Destaca-se as 172 supervisões metodológicas realizadas por meios virtuais (ligação telefônica e videoconferências), sendo 83 com equipes das UPC do interior do estado.

Indicador 7.2: Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta: 15

Resultado: 9,6

Meta atingida para o período.

Indicador 7.3: Participações em capacitações

Meta: 483

Resultado: 325

- **PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

Tema: “Interseccionalidade, território e violências”

Data: 25/02/2021 - Formato: videochamada

O encontro contou com a presença de cerca de 55 profissionais, tendo como palestrantes Charlene Duarte Chark e Jeanyce Gabriela Araújo, que trouxeram o conceito da interseccionalidade, fazendo um recorte de classe e raça. Objetivou a ampliação da visão das equipes para um olhar interseccional do público atendido, apontando os fatores de opressão e marginalização desses corpos dentro da sociedade e as violências instauradas.

Tema: “Encontro de Formação Inicial”

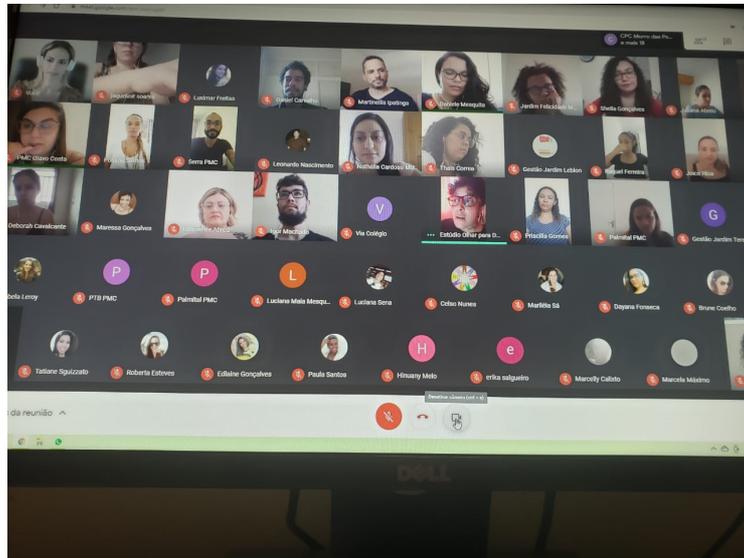
Data: 11/03/2021 - Formato: videochamada

O encontro contou com a presença de 15 profissionais, entre analistas sociais, gestores, supervisora metodológica e uma gerente do PMC. O objetivo do encontro de formação inicial é capacitar os novos analistas e gestores frente à atuação e metodologia do Programa.

Tema: “Como o conceito de interseccionalidade pode contribuir para a atuação no Programa Mediação de Conflitos?”

Data: 25/03/2021 - Formato: videochamada

A supervisão temática contou com a presença de aproximadamente 55 profissionais. O objetivo foi resgatar as contribuições feitas pelas palestrantes Charlene e Jeanyce no último encontro de formação (25/02/2021), fazendo com que os analistas trocassem experiências da prática de atuação com a interseccionalidade, abordando os desafios e avanços frente à temática.



(Encontro de Formação " Interseccionalidade, território e violências" - 25/02/2021)

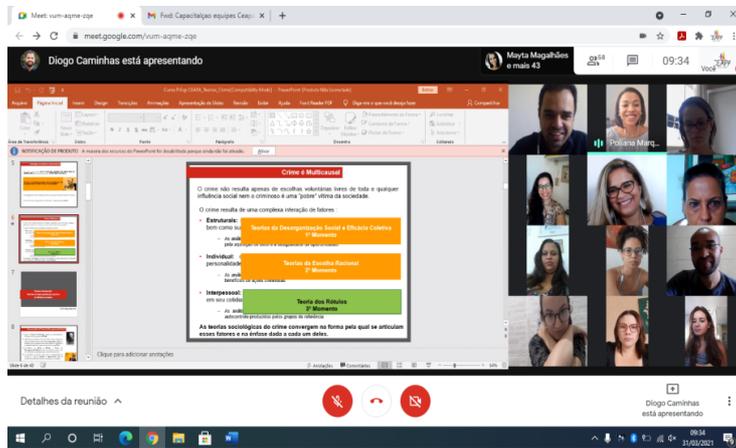
PROGRAMA CEAPA

Para a construção do planejamento de 2021, no que se refere aos momentos coletivos da supervisão metodológica e as equipes da CEAPA, foi realizado um diagnóstico das principais demandas, desafios e necessidades. Nessa perspectiva, foi organizado de forma estratégica espaços de supervisão individuais, conjuntos (pequenos grupos e/ou junção pontual de algumas equipes) e capacitação das equipes técnicas de forma trimestral.

Tema: Sociologia como chave de interpretação da violência e da criminalidade na sociedade contemporânea

Data: 31 de março de 2021

O encontro aconteceu através da plataforma Google Meet e foi conduzido pelo Diogo Caminhas, Gerente de Monitoramento e Projetos do Instituto Elo. Com a participação de 52 analistas e gestores sociais, além das supervisoras metodológicas, Diretoria de Alternativas Penais e Coordenação das Políticas Penais de Prevenção à Criminalidade, foi possível realizar uma reflexão teórica sobre a multicausalidade de fenômenos de crime e de violência e a interação entre os fatores estruturais, interpessoal e individuais.



Além disso, nos dias 18 e 19 de março de 2021, a supervisão metodológica realizou Capacitação Introdutória junto à nova analista da UPC de Belo Horizonte, através da plataforma digital Google Meet. O momento teve como objetivo realizar apresentação inicial da CEAPA, bem como orientá-la e capacitá-la para a aplicação do método, princípios e objetivos dos Programas.

Área Temática 8: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 8.1: Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base local

Meta: 52

Resultado: 52

Importante destacar o avanço na qualidade dos relatórios produzidos pela gestão social ao longo dos anos de execução da Política de Prevenção à Criminalidade. Demonstra não só o esforço de sistematizar os principais eventos de dinâmica criminal ocorridos nos territórios, mas sobretudo, da produção de inteligência em prevenção ao crime, possibilitando cada vez mais estratégias qualificadas e direcionadas por parte das equipes técnicas. Os supervisores da gestão são profissionais importantes no avanço desses relatórios, uma vez que tem não apenas acompanhado a produção dos mesmos e o alcance da meta pactuada, mas favorecendo os retornos contínuos e individuais sobre o conteúdo de cada um deles.

Indicador 8.2: Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo

Meta: 3

Resultado: 3

Para além dos elementos descritos pela OS nos Relatórios de Gestão das Oficinas, ratifica-se o quanto os dados apresentados permitem não apenas compreender o comportamento dos indicadores relativos ao Programa Fica Vivo!, como também para observar a empregabilidade das diretrizes previstas no Plano de Retomada das Oficinas. O conteúdo apresentado nos relatórios são satisfatórios para o momento vivenciado.

Indicador 8.3: Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga

Meta: 3

Resultado: 3

O Instituto Elo encaminhou por e-mail 3 (três) Relatórios de Gestão do Programa Se Liga e entregues tempestivamente, ou seja, até o quinto dia útil do mês subsequente, conforme pactuado no programa de trabalho do Contrato de Gestão. Avalia-se que as informações apresentadas foram satisfatórias e cumprem seu objetivo.

Cabe ressaltar que as informações contidas nesses relatórios são importantes para o monitoramento e avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela equipe técnica e traçar importantes estratégias a partir delas.

Indicador 8.4: Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas**Meta:** 3**Resultado:** 3

A OS entregou tempestivamente, por e-mail, os 3 (três) Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas, conforme pactuado no programa de trabalho.

Ainda que o indicador 8.4 se refira à entrega dos Relatórios de Ações do Programa, no RGR se encontra um conteúdo resumido das ações para o período, inclusive com gráficos e números que dizem do trabalho realizado nos municípios. Contudo, ressaltamos a necessidade de qualificação sobre o contexto de execução do Programa em ambos os municípios acerca dos resultados atingidos. Especialmente no caso do município de Tocantins, em que a execução foi abaixo do previsto, essa contextualização se torna ainda mais necessária.

Por fim, reforça-se a importância da maior aproximação do Departamento de Monitoramento/ELO com a Coordenação do Selo Prevenção Minas/SUPEC, tendo em vista que o conteúdo destes relatórios ainda não atende plenamente às diretrizes e expectativas propostas.

Área Temática 9: Gestão da Parceria**Indicador 9.1: Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica****Meta:** 100%**Resultado:** 100%

Os servidores Gleysiane Diniz (supervisora), Fábio Costa (supervisor adjunto) e Beatriz Barbosa (representante do jurídico do OEP) estiveram presencialmente na sede do Elo no dia 19/05/21. O servidor Marcus Resende, na ocasião, analisou previamente todos os processos digitalizados de rescisões de pessoal encaminhados pelo Instituto Elo por e-mail.

A partir da metodologia definida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, a amostra deveria conter, no mínimo, 50 processos. Contudo, a Comissão analisou 54 processos, incluídos todos os processos de rescisão.

O Relatório de Checagem Amostral apresentou 10 processos que continham algum tipo de inconformidade ou ausência de documentação comprobatória. A resposta do Instituto Elo para a Checagem de Efetividade foi encaminhada via e-mail no dia 16/07/21.

Ressalta-se que, como os processos pendentes existem controvérsias de cunho jurídico trabalhista (rescisões contratuais e acertos), as mesmas estão sendo submetidas à Assessoria Jurídica da SEJUSP para orientação e posterior deliberação e finalização deste procedimento de checagem amostral.

Indicador 9.2: Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão**Meta:** 100%**Resultado:** -

Esta meta ainda não está sendo mensurada para fins de avaliação, tendo em vista o Decreto nº 47.890, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão dos prazos de monitoramento e avaliação dos contratos de gestão e demais instrumentos de parceria, enquanto durar a situação de emergência ensejada a partir da pandemia de COVID-19.

A Comissão de Monitoramento registra as dificuldades existentes no cumprimento dos prazos estabelecidos pelas legislações atinentes ao Contrato de Gestão, haja vista tratar-se de uma política pública de grande abrangência estadual, com várias ações a serem monitoradas, grande aporte de recursos públicos a serem fiscalizados e restrições impostas pela pandemia.

Ressalta-se ainda que a referida Comissão preza, sobretudo, pela qualidade dos trabalhos de fiscalização e monitoramento da parceria em detrimento dos cumprimentos de prazos. Desse modo, ainda que alguns prazos não

foram cumpridos tempestivamente, todas as ações de monitoramento e fiscalização definidas na legislação e no Contrato de Gestão foram realizadas.

De todo modo, a Comissão vem envidando todos os esforços necessários para o regular exercício de suas competências.

3.1 – Detalhamento da realização dos produtos

Produto 2.1 – Pesquisa de Recorrência Criminal de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA

O produto “Pesquisa de Recorrência Criminal de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA” estava inicialmente planejado para ser entregue em março de 2021, contudo, a entrega deste será prorrogada para o mês de setembro, conforme previsto no V Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 002/2019, tendo em vista as dificuldades enfrentadas no levantamento e consolidação dos dados.

Nesse sentido, solicita-se à Comissão de Avaliação a desconsideração deste produto, vez que a avaliação ocorrerá oportunamente no 11º período avaliatório.

4 – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência:

Previsto					
Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL	Realizado	Previsto
01/01/2021	01/02/2021	01/03/2021		(/) Previsto	(-) Realizado
a	a	a			
31/01/2021	28/02/2021	31/03/2021			
4.456.575,70		5.888.180,60	10.344.756,30		
-	-	-	-		
-	-	-	-		
9.349,88	7.550,45	11.727,74	28.628,07		
4.465.925,58	7.550,45	5.899.908,34	10.373.384,37		
Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL	Realizado	Previsto
01/01/2021	01/02/2021	01/03/2021		(/) Previsto	(-) Realizado
a	a	a			
31/01/2021	28/02/2021	31/03/2021			
844.687,58	844.687,58	846.439,56	2.535.814,72		
1.376,00	1.376,00	34.176,00	36.928,00		
334.754,63	334.754,63	337.423,75	1.006.933,01		
257.626,01	257.626,01	258.715,61	773.967,63		
1.438.444,22	1.438.444,22	1.476.754,92	4.353.643,36		
403.740,00	458.040,00	510.360,00	1.372.140,00		
-	-	-	-		
9.349,88	7.550,45	11.727,74	28.628,07		
1.851.534,10	1.904.034,67	1.998.842,66	5.754.411,43		
Realizado					
Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL	Realizado	Previsto
01/01/2021	01/02/2021	01/03/2021		(/) Previsto	(-) Realizado
a	a	a			
31/01/2021	28/02/2021	31/03/2021			
3.738.668,42	-	-	3.738.668,42	36,14%	6.606.087,88
-	-	-	-	-	-
-	325.757,28	-	325.757,28	-	(325.757,28)
9.349,88	7.550,45	11.727,74	28.628,07	100,00%	-
3.748.018,30	333.307,73	11.727,74	4.093.053,77	39,46%	6.280.330,60
Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL	Realizado	Previsto
01/01/2021	01/02/2021	01/03/2021		(/) Previsto	(-) Realizado
a	a	a			
31/01/2021	28/02/2021	31/03/2021			
754.182,07	796.254,04	774.058,71	2.324.494,82	91,67%	211.319,90
1.577,36	1.006,34	1.329,33	3.913,03	10,60%	33.014,97
314.981,24	633.598,52	308.076,89	1.256.656,65	124,80%	(249.723,64)
106.714,15	193.315,35	253.500,15	648.620,30	83,80%	125.347,33
1.177.454,82	1.624.174,25	1.336.965,08	4.233.684,80	97,24%	119.958,56
114.815,77	138.096,78	165.679,28	418.591,83	30,51%	953.548,17
-	-	6.762,00	6.762,00	-	(6.762,00)
9.349,88	7.550,45	11.727,74	28.628,07	100,00%	-
1.301.620,47	1.769.821,48	1.521.134,10	4.687.666,70	81,46%	1.066.744,73

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado			Realizado (/) Previsto
		Valor	Acumulado dos Períodos Anteriores	9º Relatório Gerencial Financeiro	Total	
1	Área Meio - Atividades e Gastos	661.020,00	-	177.802,70	177.802,70	26,90%
2	Oficinas do Fica Vivo!	4.099.420,00	-	359.467,48	359.467,48	8,77%
3	Capacitações da equipe contratada	-	-	-	-	-
4	Deslocamento da equipe contratada	32.670,00	-	4.571,00	4.571,00	13,99%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	82.960,00	-	-	-	-
6	Projetos de Prevenção à criminalidade	600.602,00	-	-	-	-
7	Olimpíadas do Fica Vivo!	-	-	-	-	-
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	38.500,00	-	1.472,04	1.472,04	3,82%
9	Ações do Programa Se Liga	132.000,00	-	2.487,90	2.487,90	1,88%
10	Fóruns Multiterritoriais	200.000,00	-	-	-	-
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	49.440,00	-	-	-	-
Total		5.896.612,00	-	545.801,12	545.801,12	

4.1 – ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo por e-mail em 13/04/21. Além disso, todos os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade entre os gastos previstos na Memória de Cálculo do Contrato de Gestão.

Do total de saídas realizadas no período avaliatório, foi executado 81,46% do previsto.

A Comissão de Monitoramento reitera a necessidade do Instituto Elo, no qual executa outras parcerias com o Estado, de sempre observar a possibilidade de rateio de despesas entre os projetos, conforme ordenamento jurídico vigente.

5 – DAS RESPONSABILIDADES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Conforme art. 49 do Decreto nº 47.553/2018 esta Comissão atesta o cumprimento da realização das seguintes responsabilidades relativas ao contrato de gestão:

- I - foi realizada visita à OS e ao local de execução das atividades do contrato de gestão;
- II - foi verificada a adequação das despesas ao objeto do contrato de gestão, os documentos fiscais, trabalhistas, previdenciários da OS, extratos bancários saldos das contas vinculadas ao contrato de gestão e outros que se fizerem necessários;
- III - foram verificados os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações;
- IV - foram verificadas fontes de comprovação dos indicadores e produtos apresentados pela OS, atestando a coerência quanto ao disposto no contrato de gestão e ao cumprimento das metas;
- V - foi verificado o registro patrimonial e o estado que se encontram os bens;
- VI - foram realizadas checagens amostrais e de efetividade para verificar a conformidade da execução das despesas realizadas pela OS com os regulamentos internos da entidade;
- VII - foram realizadas recomendações à OS sobre a execução do contrato de gestão, bem como requisições administrativas;
- VIII - foram propostas medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa também que vêm qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio de servidores técnicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e funcionários do Instituto Elo.

Belo Horizonte, data de assinatura.

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

Fábio César Araújo Costa

Supervisor Adjunto do Contrato de Gestão nº 002/2019

Beatriz Barbosa Pena Camargo

Representante da Unidade Jurídica do OEP

Marcus da Silva Resende

Representante da Unidade Financeira do OEP



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 17/08/2021, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Cesar Araujo Costa, Servidor**, em 17/08/2021, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus da Silva Resende, Servidor**, em 18/08/2021, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo, Assessor(a)**, em 18/08/2021, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **33831562** e o código CRC **989D9130**.